

# Bolsas de mérito para 22 alunos do Politécnico

DB-Luis Carroga



Os presidentes das escolas e do Politécnico juntaram-se aos alunos distinguidos na cerimónia de ontem à tarde, na Escola Superior Agrária

●●● Os melhores entre os melhores alunos das seis escolas superiores do Instituto Politécnico de Coimbra receberam ontem, das mãos dos respetivos presidentes das unidades de ensino, Bolsas de Estudo por Mérito. Foram escolhidos de acordo com critérios de avaliação das respetivas escolas: Superior Agrária (ESAC), Superior de Educação (ESEC), de Tecnologias de Saúde (ESTeSC), Tecnologia de Gestão de Oliveira do Hospital (ESTGOH), Instituto Superior de Contabilidade e Administração (ISCAC) e Instituto Superior de En-

genharia (ISEC).

As distinções, que se refletem em valor pecuniário, foram atribuídas a 13 alunos de mestrado, sete de cursos de licenciatura, e dois a cursos de especialização tecnológica.

#### **Bolsas referem-se a 2012**

Os prémios referem-se ao ano letivo de 2012/2013, com muitos dos distinguidos já com as suas formações concluídas e integrados no mercado de trabalho. Exemplo disso foi a não comparência de um dos beneficiários da bolsa, por questões profissionais, uma vez que

trabalha no estrangeiro.

Este intervalo temporal entre a avaliação dos melhores alunos (de há quatro anos) e a atribuição das bolsas fica-se a dever a uma interrupção de pagamento por parte do Ministério da Educação, organismo que implementou este incentivo de prestação pecuniária em 1998, destinado a "alunos de desempenho excecional".

O presidente do Instituto Politécnico (IPC), Rui Antunes, fez questão de elogiar o mérito reconhecido de alunos, "muitos deles a aplicar já, no mercado

de trabalho, a qualidade de formação que aqui adquiriram".

O responsável máximo do IPC alertou que é preciso estar atento às alterações do estatuto jurídico das instituições, que contempla um "sistema binário", com o ensino superior a duas velocidades, entre as universidades e os politécnicos. Rui Antunes está contra esta diferença, que "prejudica a entrada no mercado de trabalho dos nossos diplomados" e impede as próprias escolas superiores de conferir grau de doutoramento.

**| António Rosado**